

O MUTUALISMO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EXPANSÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Antonio Gasparetto Júnior*
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados da pesquisa intitulada “Expansão da Autoridade Pública e Cidadania: proposição, implantação e recepção dos projetos de República no Brasil (1870-1909)”. O enfoque é dado sobre as associações de caráter mutualista, entendidas como expressão do processo de organização da sociedade civil e contribuidoras para a expansão da cidadania.

Palavras-chave: Mutualismo; Cidadania; Sociedade Civil; Autoridade Pública; República.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado resulta de pesquisas parciais realizadas no âmbito de um projeto mais geral, intitulado “Expansão da Autoridade Pública e Cidadania: proposição, implantação e recepção dos projetos de República no Brasil (1870-1909)”.

As atividades foram desenvolvidas no Laboratório de História Política e Social – LAHPS, localizado no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os estudos realizados neste equipamento de pesquisa buscam fortalecer o Grupo de Pesquisa do CNPq identificado como “Cidadania, Trabalho e Exclusão”.

Neste trabalho, em específico, abordaremos as estratégias construídas pelos trabalhadores com o fim de escapar ou de superar a situação de pobreza e de desamparo social, num contexto de implantação da República, caracterizado pela ausência de políticas públicas de proteção social, as quais demorariam para ocorrer.

* Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG/PROBIC/UFJF.

** Professora Orientadora do Instituto de Ciências Humanas - UFJF. Email: claudia.viscardi@ufjf.edu.br

METODOLOGIA

A compreensão do desenvolvimento do processo de expansão da cidadania no Brasil se dá através da observação do processo de modernização do país, o qual foi profundamente influenciado por tradições europeias. Parte-se do pressuposto de que a tradição em curso no Brasil foi abalada por duas mudanças de grande impacto: a abolição e a implantação do regime republicano, fatos ocorridos ao final do século XIX e que propiciaram as condições necessárias para o processo de modernização nacional. Aberta tal perspectiva, o referido Projeto de Pesquisa visa investigar a convivência verificada no país entre as relações de cunho paternalista e os ideais de modernidade. Estes, que carregavam consigo valores como os de cidadania, democracia, liberdade e igualdade.

Tendo em vista o processo de transformação das culturas políticas em curso, a partir da introdução de elementos impactantes para a ordem então corrente, o Projeto de Pesquisa analisa como os principais atores do cenário político em questão apresentavam suas diferentes propostas de constituição de uma República no Brasil. Na intermediação desses anseios políticos e ideológicos, é necessário abordar a concepção que tais indivíduos compartilhavam acerca dos elos entre o Estado e sociedade civil. Por outro lado, aborda também o impacto e a resposta para tais projetos modernizadores surgidos no âmbito da sociedade civil.

O período de alteração da tradicional cultura política brasileira no século XIX é muito identificado pela introdução dos eventos, já citados, a abolição e a República. Embora a ocorrência de tais eventos tenha se dado em 1888 e 1889 respectivamente, é preciso retornar ainda mais no tempo para compreender o desenvolvimento dos ideais modernizadores. A pesquisa estipula, então, como marco inicial o ano de 1870, escolha feita em função de ser o ano da institucionalização do movimento pela Proclamação da República no Brasil, através da publicação do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro. No outro extremo, a baliza final tem como data o ano de 1909, ano que representa o fim da gestão presidencial de Afonso Pena e também o fim da segunda década republicana.

O desenvolvimento da pesquisa se dá a partir de três fases. Em sua primeira fase, são analisados os diferentes projetos de República apresentados pelas lideranças da propaganda republicana no país, focados sobre a expansão da autoridade pública e da cidadania. Sabe-se que a influência das experiências obtidas nos Estados Unidos e na França apresentaram dois modelos diferenciados de República. E, em razão disso, os republicanos brasileiros tiveram que fazer escolhas fundamentais, as quais a pesquisa teve que observar no primeiro momento. O resultado de experiências já consolidadas foi lido e reinterpretado no Brasil pelos republicanos, objeto que guia a primeira fase da pesquisa.

A segunda fase contempla a forma como tais projetos de República foram viabilizados, uma vez que, semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, a República coexistiu com os processos de secularização, imigração, industrialização e urbanização, mesmo que o regime republicano no Brasil tenha sido iniciado um século depois dos Estados Unidos. Todavia, em ambos os casos, foi lenta e restritiva a expansão da cidadania. A segunda fase da pesquisa aborda, então, a construção de um modelo republicano como resultado dos princípios que norteavam a sua formulação, através da análise dos textos constitucionais que fundaram o novo regime. Nesta fase são analisadas as constituições estaduais e a carta federal, aprovados entre 1890 e 1892.

Em sua terceira fase, a pesquisa analisa a recepção do modelo de República implantado, observando a reação dos setores mais organizados da sociedade civil brasileira e também daqueles não dotados da mesma capacidade de organização. O que se verifica em algumas regiões do Brasil, sobretudo as urbanas, é uma situação próxima à ocorrida na região Norte da Itália, que apresentou uma tendência da sociedade em responder ao Estado através da organização de associações, que defendiam determinados interesses, a exemplo das associações mutualistas, sindicais, recreativas e religiosas.

Diante do quadro apresentado, torna-se importante investigar o que os chamados “pais fundadores” da República no Brasil pensavam acerca da articulação entre o nascente regime brasileiro e a cidadania, destacando as aspirações das elites políticas e dos setores organizados e não organizados da sociedade civil.

Estabelecidos os três eixos sobre os quais se apoia a presente pesquisa, percebe-se então que ela se desenvolve em três etapas. A primeira delas aborda os modelos de República propostos pelos atores políticos, em decorrência das influências que lhes serviram de inspiração. Neste momento, cabe analisar a documentação dos partidos republicanos existentes, observando seus manifestos e regimentos. O recorte cronológico que o determina inicia-se em 1870 e finda-se em 1889, marcado pela deflagração do movimento republicano e da Proclamação da República, nas respectivas datas.

A segunda etapa analisa a forma como o regime republicano foi instaurado, tendo como pressuposto os seus marcos jurídico-políticos. Nesta etapa examinamos as relações mantidas com as propostas iniciais da propaganda republicana. Neste momento, apresentam-se como importantes fontes de pesquisa a Constituição de 1891 e todos os textos finais das constituições estaduais, o Código Penal de 1890, as leis eleitorais e todos os decretos relativos à incorporação ou exclusão dos setores sociais no poder. O limite cronológico é datado com início em 1889 e fim no ano de 1904, uma vez que foram produzidas nesse período as constituições estaduais, as leis eleitorais e o Código Civil. Sendo que a data final é coincidente com a *Lei Rosa e Silva*, a qual garantiu maior participação das minorias no processo eleitoral da Primeira República.

Na terceira e última fase da pesquisa a abordagem se dá sobre a recepção do modelo republicano brasileiro, levando em consideração a organização da população e dos setores que optaram pelo contato direto com as autoridades públicas, sem a intermediação das associações de defesa de interesses, então existentes. Esta é uma fase que subdivide-se em duas modalidades: a abordagem da sociedade civil que se organizou sob idéias liberais, com enfoque especial nas associações mutualistas; e as respostas dadas por setores mais desorganizados da população em relação ao modelo republicano adotado. Para o desenvolvimento desta terceira etapa, foram mapeadas as associações existentes e digitalizados seus estatutos e correspondências com o Estado. O recorte temporal desta fase da pesquisa inicia-se com o governo presidencial de Rodrigues Alves, em 1902, e se estende até o fim do governo presidencial de Afonso Pena, em 1909, marcando-se pelas correspondências de ambos. A escolha foi feita em função de tais governos representarem o período de consolidação da República no Brasil, quando então as relações do povo com o poder poderiam se dar com mais estabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento de nossa integração às atividades do Projeto de Pesquisa “Expansão da Autoridade Pública e Cidadania”, os trabalhos já se encontravam em estágio avançado, sendo que a maior parte da documentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa já se encontrava à disposição. A pesquisa se dava no âmbito do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) e contava ainda com o trabalho de outros bolsistas do projeto. Sob esta circunstância, fomos alocados nas atividades referentes ao terceiro eixo do Projeto de Pesquisa em questão.

Retomando as informações, o terceiro eixo de abordagem do Projeto contempla as reações da sociedade civil em relação ao modelo republicano adotado no Brasil. Neste viés, a abordagem recai especialmente sobre as associações de caráter mutualista, uma vez que as mesmas representaram uma das mais importantes possibilidades de organização social, daquele período. Tratava-se de uma forma de organização autônoma em relação ao Estado e funcionava também como mecanismo de representação de interesses da época, o que permitia à sociedade civil relacionar-se diretamente com o Estado.

Para além da análise da documentação previamente coletada, e com base nos marcos teóricos utilizados na pesquisa em curso, em nossa pesquisa individual, optamos por concentrar nossa atenção sobre as associações de socorro mútuo de Juiz de Fora, sobretudo as organizadas por imigrantes. Entre as muitas existentes, escolhemos estudar as portuguesas e italianas.

No trabalho de coleta realizado, tivemos a felicidade de descobrir e acessar arquivos particulares de familiares de indivíduos que integraram tais associações e, desta forma, foi possível aumentar ainda mais a oferta de fontes que subsidiassem as pesquisas. A documentação, que já contava previamente com os estatutos e as correspondências digitalizadas de todas as associações levantadas, foi incrementada ainda mais com outros tipos de documentos acessados em arquivo particular, a saber: fotografias, certificados e notas documentais variadas. Especificamente, tais documentos eram referentes à Associação Beneficente dos Irmãos Artistas, a qual tinha sede em Juiz de Fora no início do século XX. Com o acesso à documentação relatada, as associações passaram a ser analisadas em relação ao relacionamento que estabeleciam com as autoridades públicas republicanas.

A abordagem sobre as associações mutualistas e suas implicações políticas, civis e sociais configurase como uma temática de pesquisa relativamente recente no Brasil. Pioneira em tais estudos foi Tânia Regina de Luca que, em 1990, apresentou o resultado em tese de doutorado, a qual virou livro, de suas pesquisas sobre associações mutualistas nas cidades de São Paulo e Santos. Só então tais estudos, que já ocorriam há mais tempo em países da Europa, foram colocados para a historiografia brasileira como temática importante para análise do processo de organização da sociedade civil brasileira. Ainda assim, o desenvolvimento das pesquisas sobre o tema caminhou lentamente durante a década de 1990, com pesquisas especialmente desenvolvidas ou orientadas por Cláudio Batalha na UNICAMP, em Campinas.

O estudo sobre as associações mutualistas começou a tomar corpo no Brasil com bases em estudos regionais, no século XXI. Destacaram-se então os estudos de Adhemar da Silva Júnior (2005), no Rio Grande do Sul, Vitor Manoel Marques da Fonseca (2008), sobre o associativismo no Rio de Janeiro, e de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2006), com abordagem sobre as mutuais no estado de Minas Gerais.

A especial atenção com as associações mutualistas resultou na publicação de um capítulo no livro “À Margem do Caminho Novo” (VISCARDI & OLIVEIRA, 2010) sobre grupos sociais desfavorecidos socialmente em Juiz de Fora no final do século XIX até a metade do século XX, tendo como autores os mesmos deste artigo.

Em geral, as associações mutualistas tinham características variadas e se organizavam em diferentes modalidades, a saber: científicas, patronais, de ofícios específicos ou mistos (JESUS, 2006). O estudo sobre tais modalidades organizativas, em um período de ausência de mercado previdenciário, tornou-se muito relevante no decorrer do tempo e conquistou contínuo interesse de jovens pesquisadores. O associativismo urbano como expressão de uma cultura cívica, e de formação de uma esfera pública, capaz de propiciar a ligação entre os indivíduos em busca do atendimento de necessidades não contempladas pelo Estado, tornou-se cada vez mais destacado, à medida que analisávamos as fontes. Desta forma, seu papel tornou-se notável no processo de construção da cidadania no Brasil.

Em suma, as atividades desenvolvidas no Projeto de Pesquisa resultaram em grande avanço para a discussão da constituição de uma esfera pública no Brasil e do processo de expansão da cidadania. A abordagem dada sobre o tema colocou em foco a mobilização social nos anos iniciais da República, revelando uma ampla capacidade nesse sentido. Assim, foi possível verificar o desenvolvimento de uma cultura associativa, que implicou na composição de uma cultura cívica para consolidar uma esfera pública e, conseqüentemente, ampliar a cidadania.

CONCLUSÃO

A pesquisa detalhada sobre as atividades das associações mutualistas após a implantação do projeto de República aceito no Brasil foi fundamental para contribuir para o momento de revisão da ideia tradicional de ausência de organização da sociedade civil na Primeira República. Os novos estudos que abordam o período mudaram a concepção que existia sobre a incapacidade dos trabalhadores em se mobilizar, sobre a inexistência de cultura associativa, de cultura cívica e sobre a ausência de cidadania. O chamado paradigma da ausência foi explorado pelo Projeto, que encontrou nas associações mutualistas um importante elemento para revelar a capacidade de organização dos trabalhadores.

Dados estatísticos mostraram a relevante presença das mutuais em todas as regiões do país, fortificando os laços de união entre os trabalhadores e sua capacidade de organização. E, a partir das verificações na pesquisa, surgiu um projeto de pesquisa em nível de Mestrado que busca solucionar mais uma lacuna desta discussão historiográfica, qual seja, a participação dos numerosos trabalhadores imigrantes e suas organizações mutualistas nesse cenário.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq, pelo patrocínio do Projeto de Pesquisa “Expansão da Autoridade Pública e Cidadania”; à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, que também financiou a pesquisa e concedeu bolsas de Iniciação Científica que possibilitaram nossa participação nas atividades desenvolvidas; a todos os que prestaram suas contribuições que auxiliaram ou enriqueceram as investigações e à Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi que esteve sempre presente na orientação das atividades da pesquisa.

THE MUTUALISM IN THE EXPANSION OF THE PUBLIC AUTHORITY AND CITIZENSHIP IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to present partial results from a research entitled “Expansion of Citizenship and Public Authority: proposal, implementation and the approval of projects of Republic in Brazil (1870-1909)”. The focus is given over friendly societies’ movement, seen as part of civil society organization and over their contributions for the expansion of citizenship in Brazil.

Keywords: Mutualism; Citizenship; Civil Society; Public Authority; Republic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Vitor M. M. da. **No Gozo dos Direitos Cívicos: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: FAPERJ e Muiraquitã, 2008.

JESUS, R. P. de. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

SILVA JR, Adhemar L. da. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre, 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro & GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. O Mutualismo em Juiz de Fora: as experiências da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.) **À Margem do Caminho Novo**. Editora FGV, 2010.